

Políticas sociais para a promoção de equidade educacional na América Latina

Adélia Augusta Souto de Oliveira, Analice Tenório Bernardo, Clara Mariani

Oliveira y Iara Beatriz Alves da Silva

Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Brasil

Realiza-se uma metassíntese de artigos latino-americanos, entre os anos de 2002 e 2024, sobre equidade educacional na infância, na plataforma de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e no *Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*. Analisam-se os debates de políticas sociais que visam promover equidade educacional. Observou-se que as pesquisas enfatizam ações desenvolvidas para garantir o acesso equânime à educação de qualidade; promover a distribuição justa dos recursos públicos e a diversidade educacional. Conclui-se que os estudos destacam que as ações equânimes são primordiais na conquista de ampliação do acesso e de melhoria na qualidade educacional, desde a formação básica até o ensino superior. *Palavras-chave*: metassíntese; educação; infância; ensino fundamental; ações governamentais.

Políticas sociales para promover la equidad educativa en América Latina

Se realiza una metátesis de artículos latinoamericanos sobre equidad educativa en la infancia, publicados entre 2002 y 2024, en la plataforma de publicaciones científicas de la Coordinación de Apoyo al Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior y en el Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Se analizan debates sobre políticas sociales orientadas a promover la equidad educativa. Las investigaciones destacan acciones para garantizar el acceso equitativo a una educación de calidad, la distribución justa de los recursos públicos y la valorización de la diversidad. Se concluye que las medidas equitativas son fundamentales para ampliar el acceso y mejorar la calidad educativa, desde la educación básica hasta la educación superior. *Palabras clave*: metátesis; educación; infancia; educación elemental; acciones gubernamentales.

Adélia Augusta Souto de Oliveira  <https://orcid.org/0000-0001-5635-1510>

Analice Tenório Bernardo  <https://orcid.org/0009-0004-1997-8129>

Clara Mariani Oliveira  <https://orcid.org/0009-0004-5795-9092>

Iara Beatriz Alves da Silva  <https://orcid.org/0009-0002-6211-8605>

Toda a correspondência relativa a este artigo deve ser enviada para Iara Beatriz Alves da Silva.
Email: iara.silva@ip.ufal.br



Social Policies to promote educational equity in Latin America

It is realized a metasynthesis of Latin Americans articles, between the years of 2002 and 2024, about educational equity in childhood, on the platform *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* and *Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*. It analyzed the debates about social policies that aim to promote educational equity. It is observed that the researchers emphasize actions developed to guarantee equal access to quality education; promoting fair distribution of public resources and educational diversity. It is observed that the studies highlight that equal actions are primordial in the achievement of the expansion to access and improvement of educational quality, since basic to higher education.

Keywords: metasynthesis; education; childhood; fundamental education; government actions.

Este artigo discute a revisão de literatura do tipo metassíntese sobre equidade educacional, desenvolvida nos estudos do grupo de pesquisa “Epistemologia e ciência psicológica”, no Portal de divulgação científica brasileiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o ciclo 2023-2024, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na Universidade Federal de Alagoas. Para além da sistematização da produção existente, busca-se compreender de que maneira o conceito de equidade tem sido mobilizado, operacionalizado e, por vezes, reduzido nas análises sobre políticas educacionais no contexto latino-americano. Importante ainda, destacar a vinculação de nossos estudos ao Observatório de Equidade Educacional, projeto responsável por monitorar as desigualdades educacionais, identificar barreiras à equidade e contribuir com gestores na tomada de decisões, em parceria com o Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES) da Universidade Federal de Alagoas e o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretária de Educação Básica.

Nesse contexto, entende-se o conceito de equidade como um princípio de justiça com ênfase na redução de desigualdades e no intuito de gerar equilíbrio entre igualdade e liberdade (Ribeiro, 2024). Tal compreensão afasta-se de perspectivas meramente igualitaristas ou meritocráticas, ao reconhecer que contextos desiguais demandam respostas diferenciadas do Estado e das políticas educacionais. A busca por uma educação equânime se apresenta com ênfase às políticas globais. Esse destaque pode ser observado ao analisar a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com metas a serem alcançadas até 2030, com foco em erradicar a pobreza e promover a vida digna para todos. O ODS 4 visa garantir a educação inclusiva, equitativa e igualitária, com o aumento da oportunidade de aprendizado. Desse modo, a agenda enfatiza o compromisso

internacional com a educação. Essa meta tem repercussão significativa na América Latina, uma região marcada por desigualdades que tem se ampliado neste século (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2020).

Assim, destacam-se as políticas educacionais que buscam reduzir as desigualdades que influenciam o acesso e a qualidade da educação de crianças e adolescentes. Em resposta a esses desafios, o Governo Federal brasileiro e o Ministério da Educação estruturam o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) previsto na Lei nº13.005/2014 (Brasil, 2014), prorrogado até 31 de dezembro de 2025 pela Lei nº 14.934 (Brasil, 2024), com focos em metas que se alinham aos objetivos de equidade. Ainda assim, a análise da produção científica sistematizada nesta metassíntese evidencia que a formulação e implementação dessas políticas enfrentam limites relacionados à permanência, à qualidade do ensino e ao reconhecimento das especificidades territoriais, sociais e culturais.

Pretende-se mapear as produções científicas, entre 2002 e 2024, sobre equidade educacional e políticas sociais na América Latina, e assim contribuir com a divulgação científica para a educação equânime, e na implementação de políticas capazes de superar os desafios educacionais do continente. A metassíntese proposta busca, portanto, não apenas descrever políticas e programas, mas identificar convergências, lacunas e tensões teóricas na forma como a equidade educacional tem sido concebida na produção científica latino-americana. O eixo de reflexão está norteado pela seguinte questão: Quais são os debates no campo da produção científica sobre políticas sociais que visam promover equidade educacional em países latino-americanos?

Método

Esta revisão de literatura, do tipo metassíntese (Canuto & Oliveira, 2020), tem como objetivo aprofundar a análise sobre a promoção da equidade educacional por meio de políticas sociais na América Latina.

A escolha da metassíntese justifica-se por possibilitar não apenas a sistematização da produção científica, mas também a construção de interpretações integradas sobre sentidos, limites e potencialidades das políticas educacionais voltadas à equidade (Canuto & Oliveira, 2020). A metassíntese seguiu as seguintes etapas: exploração, cruzamento, refinamento, descrição e interpretação (Neto et al., 2025).

Para a fase de exploração (Tabela 1), foram realizadas duas buscas. Primeiro, por meio do Portal Periódico Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), durante o ano de 2022, sem delimitação temporal. Posteriormente, foi realizada uma segunda busca no Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (LATINDEX), durante o ano de 2024, apenas artigos publicados entre 2020 e 2024, visando captar as produções mais recentes sobre o tema.

A escolha das bases de dados Portal de Periódicos da CAPES e LATINDEX justifica-se pela complementaridade entre ambas na cobertura da produção científica sobre educação e políticas sociais no contexto latino-americano. O Portal CAPES constitui-se como a principal base de acesso à produção científica no Brasil, reunindo periódicos nacionais e internacionais, o que possibilita mapear pesquisas consolidadas e reconhecidas no campo educacional. Já o LATINDEX configura-se como um sistema estratégico para a identificação e valorização da produção científica da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, permitindo o acesso a estudos que, embora relevantes para a compreensão das desigualdades educacionais regionais, nem sempre estão indexados em bases internacionais hegemônicas.

Desse modo, a utilização conjunta dessas bases permitiu ampliar a representatividade geográfica e epistemológica da revisão e favorece uma leitura mais situada das políticas sociais e dos debates sobre equidade educacional na América Latina.

Em ambas as buscas foram utilizados os descritores “equidade” e “educação”. Assim, construiu-se um banco de dados com 55 artigos nacionais e 37 publicados na América Latina e Europa, entre os anos de 1979 e 2024.

O processo de refinamento dos estudos foi realizado pelas pesquisadoras integrantes do grupo de pesquisa, por meio da leitura de títulos, resumos e, posteriormente, dos textos completos. As decisões de inclusão e exclusão foram discutidas coletivamente, de modo a reduzir vieses individuais no processo analítico.

Foram adotados como critérios de inclusão: artigos científicos completos; publicados em português ou espanhol; que abordassem a temática da equidade educacional em articulação com políticas sociais; com foco em países da América Latina; e disponíveis nas bases de dados selecionadas.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados: artigos duplicados; textos de caráter estritamente opinativo, sem fundamentação empírica ou analítica; estudos que tratassem exclusivamente de desempenho escolar, sem relação explícita com a perspectiva da equidade; e produções que não se enquadrassem no recorte geográfico definido.

Em seguida, realizou-se um refinamento específico do banco de dados da CAPES e LATINDEX, com o objetivo de selecionar apenas os estudos que abordassem a infância e a adolescência no âmbito educacional. Para isso, foram incluídos os artigos que apresentassem, ao menos uma vez, os seguintes descritores: infância; infantil; criança; adolescência; adolescente; educação básica; ensino fundamental; niños(as); niñez; escuela(s) primarias; escuela(s) secundarias; educación primaria; educación secundaria.

Como resultado desse processo, foram selecionados 59 artigos publicados entre 2002 e 2024, provenientes dos seguintes países: Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, Argentina, México, Peru e Equador. O recorte temporal do estudo não foi previamente delimitado. O ano de 2002 corresponde ao artigo mais antigo identificado a partir da estratégia de busca nas bases selecionadas, configurando-se como um marco empírico decorrente da própria produção científica disponível. Assim, o período analisado apresenta o desenvolvimento histórico do debate acadêmico sobre equidade educacional e políticas sociais na América Latina no recorte temporal dos estudos.

A partir desse resultado, inicia-se a fase de descrição dos 59 artigos selecionados por meio da leitura e produção de fichamentos. Logo

após, a etapa de interpretação foi realizada baseada na análise temática de base qualitativa, proposta por Minayo (2014). Além disso, essa fase também foi feita à luz dos núcleos de significação como instrumento de análise. Este, por sua vez, proporciona uma compreensão aprofundada dos debates apresentados e permite um processo de articulação e aglutinamento resultante em apreensão de sentidos. Os núcleos de significação foram construídos a partir de três etapas. Primeiramente, é realizada a identificação de pré-indicadores, os quais são as primeiras unidades que destacam o interesse da pesquisa, em seguida, estes são aglutinados pela similaridade de sentidos em indicadores e, por fim, inicia-se um processo de articulação entre os indicadores para gerar núcleos de significação que representam a essência do conteúdo estudado (Aguir & Ozella, 2006).

Em seguida, a Tabela 1 descreve quantitativamente como as atividades de exploração, cruzamento e refinamento foram realizadas:

Tabela 1

Descrição quantitativa da metassíntese

Etapa	Descrição da atividade	Quantidade (n)
Exploração	Registros identificados via CAPES (n = 55) e LATINDEX (n = 37)	92
Cruzamento	Registros após a remoção de duplicatas	88
Refinamento	Registros excluídos após leitura de títulos e resumos	18
	Artigos selecionados para leitura do texto completo	70
	Artigos excluídos na leitura na íntegra:	11
	• Ausência de articulação com políticas sociais	-4
	• Enfoque exclusivamente quantitativo sem análise de equidade	-5
	• Duplicação temática (mesmo estudo em diferentes fontes)	-2
Inclusão	Estudos incluídos na metassíntese qualitativa	59

Nota. Elaborado pela equipe de investigação.

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa, com foco na interpretação e identificação dos contextos e sentidos recorrentes relacionados às políticas sociais sobre equidade educacional na América Latina.

Resultados

Os autores em suas pesquisas e publicações enfatizam no Brasil os seguintes núcleos de significação: 1) conceito de equidade; 2) políticas de financiamento e cotas; 3) Políticas sociais dentro das escolas; 4) necessidades de melhorias e criações nas políticas públicas educacionais; 5) Políticas públicas e sociais direcionadas ao Ensino Superior. Na Colômbia, discute-se: 1) o acesso à educação; 2) Participação feminina em foco nas tendências globais; 3) Estudo matemático e democracia. Por sua vez, Chile destaca: 1) Educação básica subsidiada, eficiência e mobilidade. Em Cuba, os estudos defendem: 1) A universalização da educação inclusiva de qualidade. Já na Argentina, as abordagens envolvem questões relacionadas a: 1) Reprodução de desigualdades; 2) Ensino superior inclusivo e de qualidade. As contribuições do México enfatizam: 1) Educação superior justa e inclusiva. As produções peruanas debatem: 1) As desigualdades digitais. Enquanto o Equador amplia o debate sobre: 1) Inclusão e a diversidade; 2) Educação e tecnologias. Por fim, destaca-se debates sobre o território latino-americano, com discussões referentes a: 1) Ambientes virtuais e políticas institucionais como caminhos para a equidade educacional. A seguir, faremos a discussão dos autores por vinculação territorial de sua produção.

Brasil

Conceito de equidade

O conceito de equidade relatado pelos autores brasileiros estudados remete ao conceito de justiça escolar, explicando que, apesar da escola reproduzir desigualdades estruturais presentes na sociedade, também

almeja romper com essas desigualdades e aplica princípios da justiça social no currículo e ações escolares (Rohling & Valee, 2016). Essa concepção evidencia uma compreensão da equidade como prática institucional, e não apenas como ideal normativo. Além disso, observa-se nos estudos a associação entre qualidade e equidade educacional, indicando que a melhoria da qualidade do ensino pode contribuir para a redução das desigualdades entre os alunos, ainda que as escolas apresentem dificuldade em conciliar esses dois objetivos (Neves & Almeida, 2016).

Políticas de financiamento e cotas

A respeito das políticas de financiamento na Educação Básica, Pinto (2019) contextualiza os principais marcos históricos das políticas de fundo, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Tripodi et al. (2022) defendem que uma renovação na gestão e distribuição de fundos nos programas de financiamento mencionados podem promover uma equidade racial, além da criação de novas leis sobre desigualdade racial.

A respeito da educação fundamental brasileira, Vazquez (2005) reforça a importância do FUNDEF como mecanismo que auxilia na melhora da qualidade educacional e desenvolve ações públicas voltadas à equidade. Entretanto, o autor também aponta a persistência de entraves, como restrições fiscais e disputas políticas, que limitam o alcance dessas políticas, evidenciando os desafios estruturais para a consolidação da equidade.

Políticas sociais dentro das escolas

A análise, em específico, dos estudos, ações, políticas sociais direcionadas à Educação Básica, percebe-se que as escolas brasileiras possuem dificuldades para conciliar qualidade e equidade, como também para diminuir as desigualdades econômicas, sociais e raciais. Nesse sentido, Travitzki (2017), utiliza dados do Sistema de Avaliação da

Educação Básica para debater a relação entre ineficácia de aprendizagem equitativa e as fatias das crianças, concluindo que: “as escolas cujos pais que apresentam escolaridade muito desigual tendem a apresentar resultados mais desiguais nas provas dos filhos” (Travitzki, 2017, p. 13). Entretanto, o mesmo autor entende a escola como instituição com o potencial de romper essa desigualdade intergeracional.

No que tange a alfabetização, Cruz et al. (2020) relatam uma política educacional realizada no Ceará que teve como objetivo identificar as crianças com maiores dificuldades e alcançar maior equidade no processo de alfabetização. Importante ressaltar que a gestão dessa política envolveu Secretarias de Educação e novos departamentos para monitorar as ações propostas e teve como resultado não apenas maior equidade na alfabetização, como também uma relevância e importância para a dificuldade de alfabetizar crianças sem desigualdade.

De maneira similar, Setúbal (2010) entende a educação básica como um ambiente democrático e um dos primeiros e principais ambientes em que a criança tem contato com o público, nessa perspectiva, o estudo de Setúbal (2010) discute uma intersecção entre economistas e educadores com o objetivo ampliar a discussão de gestão e fatores sociais.

Além disso, Franco et al. (2007) e Albernaz et al. (2002) investigam o desempenho e eficácia educacional a partir de dados do SAEB. Dessa forma, Albernaz et al. (2002) reforçam a influência de recursos financeiros, infraestrutura e formação profissional no desempenho cognitivo. Entretanto, Franco et al. (2007) afirma que o clima acadêmico afeta o desempenho de uma maneira relativamente pequena. Além disso, ambos estudos mencionam os fatores socioeconômicos como influentes no desempenho dos alunos, e Franco et al. (2007) ainda reforça seus resultados sobre a falta de equidade de aprendizagem, em que simultaneamente do aumento das médias, há o aumento da desigualdade entre alunos.

Exemplo de uma política escolar bem-sucedida com a meta de diminuir a taxa de evasão escolar e diminuir a desigualdade, o Projeto Equidade na Educação em Curitiba, explicado por Trindade e

Correa (2018), realizou seus objetivos a partir do incentivo da emancipação social dos alunos. Da mesma forma, outro exemplo estudado por Santana et al. (2022) relata um planejamento com professores de matemática do ensino fundamental frente às dificuldades de promover equidade dentro da sala de aula. Nesse contexto, foram realizadas capacitações profissionais, com ênfase na educação crítica e planos de aula para auxiliar o professor a ensinar igualmente grupos minoritários e privilegiados (Santana et al., 2022).

Nesse sentido, Araújo (2020) expõe o preconceito existente, ainda que velado, contra pessoas com deficiência dentro da sala de aula e nos ambientes escolares, para combater e mitigar esse preconceito, sugere-se uma maior capacitação dos profissionais tanto para auxiliar alunos com deficiência, como também para elaborar planos e ações pedagógicas.

Como proposta de intervenção frente à desigualdade de gênero dentro das escolas, Godoi et al. (2021) relatam práticas pedagógicas equitativas bem-sucedidas, como direcionamento de atenção e motivação para os alunos que demonstram maior dificuldade, atividades e trabalhos em equipe e desenvolvimento do sentimento de confiança.

A equidade no ensino religioso foi estudada por Rodrigues e Oliveira (2018), artigo resultante de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em que os estudantes tiveram a oportunidade de refletir e combater estereótipos de religiões marginalizadas com o objetivo de contribuir com a identidade das crianças, promover interação social e desmistificar preconceitos.

Vale ressaltar que as dificuldades enfrentadas pela educação básica muitas vezes são precárias, como limitações sanitárias e financeiras, agravadas ainda mais após a pandemia do COVID-19. Para essas dificuldades serem combatidas e superadas, não é suficiente ações apenas escolares, ou seja, é preciso uma ação em conjunto que dialogue com agentes sociais, profissionais da saúde e gestores públicos (Garcia & Michels, 2021).

Sobre a educação no Ensino Médio, Lettnin et al. (2022) propõe ações educacionais para promover equidade de gênero dentro das escolas e incentivar a autonomia dos estudantes.

Necessidade de melhorias e criações nas políticas públicas educacionais

Observou-se um destaque nos estudos acerca de políticas públicas educacionais, sendo assim, entende-se que as políticas e a melhoria da educação pública estão correlacionadas, ou seja, para que a garantia de uma educação equitativa, faz-se necessário a elaboração de políticas públicas que interligam diferentes níveis de governo (Abicalil, 2014). Dessa forma, Mascarenhas e Ribas (2019) entende a educação como uma forma de exercício de cidadania. Nessa perspectiva, apresenta tópicos da gestão pública que podem afetar a qualidade e equidade educacional, como a redistribuição de recursos que são normalmente limitados nas escolas e a avaliação de resultados levando em conta especificidades da realidade local e critérios equitativos (Mascarenhas & Ribas, 2019).

Silva et al. (2022) ressaltam como as iniciativas políticas, a partir da Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e da LDB nº 9394/96 (Brasil, 1996) foram fundamentais para a inclusão das populações do campo na educação, historicamente excluídas por interesses da elite. Ademais, os autores destacam como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), ao incorporar diretrizes voltadas à equidade, diversidade e igualdade, pode contribuir para a consolidação da identidade do campo. Contudo, destacam que ainda existem barreiras na articulação das diretrizes da BNCC e a realidade local. Nesse cenário, destaca-se a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem os saberes e a cultura do campo.

Nesse sentido, Soares (2004) reforça a necessidade de as políticas públicas futuras promoverem mecanismos para o aumento de qualidade e equidade educacional simultaneamente, tendo em vista que as políticas atuais não abrangem a necessidade da população. Além disso, políticas que planejam aumentar o acesso e fluxo regular da escola, estrutura física da escola e capacitação profissional também elevam o desempenho cognitivo dos alunos.

Vale ressaltar que, após a pandemia do COVID-19, as desigualdades sociais foram agravadas de modo que, para superar essa

difficuldade, as regiões brasileiras devem ser analisadas de acordo com suas especificidades com um ajuda coletiva (Gatti & Menezes, 2021), além de se fazer necessário ajustes na regulamentação das escolas, como atos normativos, para o aumento da equidade (Soares et al., 2020)

A equidade de gênero foi uma das discussões mais recorrentes nos estudos brasileiros, em que se percebe a ineficiência das leis já existentes, fazendo-se necessário a criação de novas políticas públicas capazes de garantir justiça social (Regis & Kabengele, 2018).

Essas novas políticas públicas educacionais precisam incluir a população feminina reconhecendo a dívida e exclusão histórica feita não apenas na invisibilidade de estudos feitos por mulheres, como também práticas machistas no ambiente acadêmico (Motta et al., 2022). Além disso, Sigolo et al. (2021) também defendem a maior visibilidade dos resultados acadêmicos femininos e apontam que as tendências conservadoras presente nas políticas públicas como um dos motivos para a reprodução de desigualdades de gênero.

Políticas públicas e sociais direcionadas ao Ensino Superior

Os estudos das políticas sociais referentes ao Ensino Superior apontam algumas dificuldades de democratização do acesso a universidades públicas e privadas de grupos marginalizados (Dias, 2013). A respeito das universidades privadas, nota-se um crescimento e aumento de matrículas de acordo com as demandas (Eckert et al., 2007), apesar dessas instituições serem consideradas um ambiente não equitativo e inacessível para a maioria da população, sendo criticada por não permitir uma mobilidade social (McCowan, 2005; Tavares, 2011).

Para enfrentar essa dificuldade, Rossetto e Gonçalves (2015) discutem políticas educacionais que promovem certo nível de inclusão, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012). A Lei de Cotas assegura que:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para

ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias que atuam no âmbito da educação do campo conveniadas com o poder público (Brasil, 2012).

Essa política é vista como um mecanismo que diminui estereótipos e contribui para a criação de ambientes diversificados, apesar de receber críticas por ter um formato utilitarista (Iensue, 2021). Entretanto, Caregnato e Oliven (2017) estudam o aceite da população e concluem uma boa receptividade por parte do público em geral, ainda que permaneça a reprodução de discursos meritocráticos e a não aceitação proveniente de classes mais privilegiadas.

Os autores convergem ao afirmar que o investimento e políticas feitas pensando na qualidade da educação básica pública são de extrema importância para mitigar as desigualdades no ensino superior (Eckert et al., 2007; Dias, 2013). Nesse sentido, entende-se a educação como uma ferramenta que deve ser democratizada a partir de mudanças sociais e estruturais para aumentar a qualidade de vida dos indivíduos e diminuir as desigualdades.

Nessa perspectiva, Cunha et al. (2014) relatam a insuficiência das políticas e ações afirmativas feitas para democratização do ensino superior quando analisados os grupos historicamente marginalizados. Nesse contexto, os autores sugerem não apenas o fortalecimento da Lei de Cotas (Brasil, 2012), mas também a inclusão da história e cultura desses grupos marginalizados na educação básica.

Por fim, Anache e Sebastian-Heredero (2020), reflete sobre a educação superior e relata a necessidade de a equidade ser tratada a partir de uma perspectiva interdisciplinar e em diálogo com políticas públicas, para que assim, tenha maior qualidade educacional.

Portanto, as políticas sociais brasileiras mencionadas neste estudo apontam para estratégias e mecanismos visando a promoção de equidade e justiça social. Na educação básica, as políticas enfatizam iniciativas de financiamento como FUNDEB e propostas pedagógicas locais voltadas para alfabetização e combate à evasão. Já no Ensino Superior,

as políticas de ações afirmativas surgem como ferramentas cruciais de democratização do acesso, embora enfrentam desafios como a necessidade de articulação com uma base escolar pública de maior qualidade. Defende-se que a efetividade dessas políticas depende de uma integração entre diferentes níveis de governo, do reconhecimento das diversidades locais e do fortalecimento de práticas institucionais que transformem a educação em um exercício pleno de cidadania.

Colômbia

A Colômbia enfatiza o acesso à educação

Os estudos enfatizam indiretamente a infância. Campo & Giraldo (2009) discutem sobre o impacto no aumento do número de graduados no ensino secundário pontuado pelo Sistema Nacional de Informação da Educação Superior (SNIES), estimulado pelo maior investimento na ampliação de ofertas para o ensino secundário. Nesse contexto, como uma tentativa acompanhar os avanços observados na educação básica e de ampliar o acesso ao ensino superior, foi desenvolvido em 2002 o crédito ACCES pelo Instituto Colombiano de Crédito Educativo Estudos Técnicos no Exterior (ICETEX), um financiamento estudantil que tem como objetivo possibilitar o ingresso de estudantes de baixa renda em universidades privadas. Ainda que relevante, os autores alertam que esse mecanismo também impõe custos adicionais à educação superior. Diante disso, Campo & Giraldo (2009) destacam a importância da implementação de Ações Afirmativas, entendidas como políticas de assistência capazes de ampliar o acesso às universidades, a permanência, graduação e inserção no mercado de trabalho para grupos sociais minorizados.

Da mesma maneira, Gutiérrez (2012), apresenta uma proposta de política pública voltada ao financiar o ensino na Colômbia com o intuito de ampliar o acesso à educação superior. A autora destaca o papel do Estado de garantir o direito à educação, principalmente para as crianças de classes sociais mais desfavorecidas, com base nas concepções de Smith (1776, como citado por Gutiérrez, 2012) e Mill (1848,

como citado por Gutiérrez, 2012), que, apesar de terem abordagens distintas quanto a papel da educação na produtividade comercial, convergem quanto a importância da intervenção do Estado na garantia do acesso educacional.

Formichella e London (2013) complementam a discussão ao evidenciar como a empregabilidade está relacionada ao nível educacional, sendo esse acesso marcado por desigualdades. Nesse sentido, os autores sugerem que políticas governamentais voltadas ao apoio familiar e à redução dos custos de oportunidade são fundamentais para reduzir desigualdades e fortalecer a equidade.

Participação feminina em foco nas tendências globais

Com uma abordagem mais direcionada à equidade de gênero, Vásquez (2016), sustenta a necessidade da universidade reconhecer e valorizar a importância das mulheres na busca por conhecimento e no fortalecimento da cultura democrática. Nesse sentido, a autora defende que o aumento de matrículas no ensino superior entre 1970 e 2009 (UNESCO, 2012) demanda mais políticas que se alinhem à equidade de gênero e inclusão. Essa necessidade é sustentada pelas desvantagens enfrentadas pelas mulheres, a existência de marcos legais que se alinhem a essa demanda e a tendência global favorável à equidade. Os principais marcos internacionais mencionados são: IV Conferência Mundial sobre a Mulher (ONU, 1995), a Declaração Mundial sobre o Ensino Superior (UNESCO, 1998) e a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior de 2009 (UNESCO, 2009). Também se destacam iniciativas como o projeto Fortalecimento da Igualdade de Gênero no Ensino Superior (FEGES, 2015). Todos os marcos citados objetivam fortalecer a liderança feminina e promover a inclusão em universidades da América Latina.

Estudo matemático e democracia

Enquanto isso, Valero (2017) destaca como o fracasso na matemática impacta na equidade e na democracia, visto que o sucesso nessa

área está associado ao capital humano, progresso social e econômico. A autora enfatiza a importância de considerar diferentes saberes e contextos culturais, alertando que considerar a matemática como neutra, pode perpetuar mais desigualdades. Esses achados indicam que o estudo matemático está profundamente conectado a questões políticas e sociais, refletindo implicações para a justiça educacional.

De modo geral, os estudos colombianos analisados revelam que a equidade educacional é concebida principalmente a partir do acesso ao ensino secundário e superior, com especial atenção às políticas de acesso e permanência como às ações afirmativas e políticas de financiamento estudantil. Observa-se uma tensão recorrente entre a ampliação do acesso e a redução das desigualdades socioeconômicas, reforçando o papel central do Estado na promoção da inclusão educacional. Além disso, questões de gênero e diversidade de saberes emergem como dimensões cruciais para a efetiva democratização da educação, indicando que a equidade no país depende de políticas integradas, sensíveis aos contextos culturais e as especificidades dos grupos historicamente marginalizados.

Chile

O Chile destaca a educação básica subsidiada, eficiência e mobilidade

As publicações do Chile estão relacionadas à política de subsídio no país, que financia a educação da população frente a forte presença de escolas privadas (Redondo, 2005; Zamora, 2011). Nesse contexto, Redondo (2005) critica a ideia das escolas eficientes como modelo e reflete que a abordagem ignora os aspectos particulares do país e favorece a educação voltada ao mercado de trabalho. A autora também destaca como o Sistema de Medição da Qualidade da Educação (SIMCE), conjunto de testes aplicados nas escolas com o objetivo de verificar a qualidade da educação, se apresenta como uma ferramenta que favorece a competição escolar voltada ao lucro, através da seleção de crianças com alto índice na prova.

Enquanto isso, Zamora (2011), complementa a discussão ao analisar a mobilidade escolar, entendida como a transferência de alunos para outro centro de ensino no país, e seus efeitos na segmentação, já que as escolas podem “excluir” alunos considerados piores, forçando-os a estudar em instituições menos qualificadas. Essa dinâmica evidencia que o modelo educacional chileno reproduz desigualdades socioeconômicas, impactando principalmente estudantes de classes mais baixas, e ressalta a necessidade de políticas que considerem tanto acesso quanto permanência e qualidade.

Na mesma linha, Sagredo et al. (2021) introduzem um novo panorama a pesquisa ao evidenciar as influências das variáveis socioemocionais na promoção da equidade educacional. O autoconhecimento é apresentado como fator associado ao desempenho escolar, sugerindo que o fortalecimento sócio-emocional dos estudantes atua como mecanismo de mitigação das desigualdades, complementando as medidas estruturais. A pesquisa destaca como esses elementos funcionam como mecanismos de defesa frente às desigualdades, revelando que políticas eficazes devem integrar dimensões cognitivas e socioemocionais para promover equidade.

Com uma discussão voltada à educação superior do Chile, Díaz e González (2012) apontam como, apesar dos do aumento nos números de acesso ao ensino, a equidade ainda não foi alcançada, devido às taxas de abandono e a desigualdade de acesso ligada a questões socioeconômicas. Os autores sugerem que garantir igualdade implica assegurar que os estudantes não sejam excluídos ou desencorajados, destacando a necessidade de medidas inclusivas que contemplem diversidade social e econômica, especialmente em contextos de ensino superior.

Os estudos chilenos indicam que a equidade educacional é limitada pelo modelo de subsídios e pela forte presença de escolas privadas, que favorecem a competição e segmentação escolar. Observa-se que, embora haja esforços para ampliar o acesso, persistem desigualdades socioeconômicas que afetam tanto a educação básica quanto o ensino superior. Além disso, o fortalecimento socioemocional dos estudantes

e a integração de políticas estruturais e subjetivas surgem como dimensões essenciais para promover a inclusão e reduzir desigualdades, evidenciando que a equidade depende de medidas educacionais integradas e sensíveis ao contexto social.

Cuba

Cuba defende a universalização da educação inclusiva de qualidade

Os artigos Cubanos destacam a massificação e universalização da educação com ênfase na gratuidade da educação em todos os níveis.

Pérez et al. (2013), analisa os avanços após a revolução de 1959, com destaque a obrigação estatal de garantir educação gratuita (art. 51 da constituição federal cubana), ampliação da participação feminina na educação e de diferentes grupos étnicos nos cursos. Ademais, os autores mencionam a criação de um sistema de educação especial que permite o progresso educacional de crianças com deficiência.

Na mesma linha, Serpa e Falcón (2019), discutem os desafios da massificação (aumento quantitativo de universidades) universalização (elevado nível de acesso) no ensino superior, visto que esses processos não garantem por si a equidade educacional. Os autores apontam a necessidade de políticas públicas que levem em consideração as desigualdades existentes no processo de massificação para alcançar a equidade, considerando as diferentes realidades geográficas e socioeconômicas.

Os estudos sobre Cuba mostram como a universalização e a gratuidade da educação, garantidas pelo Estado, foram fundamentais para ampliar o acesso e incluir grupos historicamente excluídos do sistema educacional. No entanto, as análises também indicam que a ampliação quantitativa do ensino, especialmente no nível superior, não é suficiente para assegurar a equidade. Persistem desafios ligados às desigualdades territoriais e socioeconômicas, o que evidencia que, mesmo em um sistema universal, é necessário considerar as diferentes realidades dos estudantes para que a educação seja, de fato, equitativa.

Argentina

Argentina discute a reprodução de desigualdades

Martín (2017) ao analisar como as questões socioeconômicas se relacionam no desempenho educacional, conclui que houve avanços na inclusão no ensino médio para setores desfavorecidos. Contudo, evidencia-se que as desigualdades sociais permanecem determinantes, influenciando o tipo de escola frequentada pelos alunos e seu desempenho, o que indica que o sistema educacional contribui para a reprodução de desigualdades estruturais. Ademais, a autora comenta como o envolvimento familiar interfere na valorização da educação, ainda que pouco contemplado pelas políticas.

Ensino superior inclusivo e de qualidade

Fanelli e Jacinto (2010), por sua vez, destacam que políticas de inclusão na América Latina se concentram na educação básica, enquanto o ensino superior fica na retaguarda. Nesse contexto, os autores indicam que o acesso às universidades depende de provas seletivas, cenário que desfavorece estudantes de classes baixas e limita a efetiva democratização do ensino superior, sobretudo para aqueles que são os primeiros da família a frequentar a universidade.

Além disso, Vezub (2024) realiza um questionário opinativo com professores a respeito do “Programa Nacional de Formación Permanente”, o qual tem como objetivo realizar a formação continuada dos profissionais de educação. Os resultados evidenciam que a experiência em cargos de direção é decisiva para a liderança do programa e que persistem dificuldades históricas de comunicação entre docentes. Entre os pontos negativos, destacam-se a falta de atualização dos professores em escolas privadas e, nas públicas, as baixas expectativas docentes sobre o nível de aprendizagem dos alunos. Por outro lado, a troca de aprendizagens entre diretores de diferentes áreas é identificado como um elemento positivo, embora a comunicação e o apoio posteriores continuem sendo barreiras, assim como a limitação de tempo para atividades específicas. A capacitação e formação profissional dos educadores, estudada

nessa pesquisa, é apresentada como fator central para a promoção da equidade, uma vez que influencia diretamente o desempenho cognitivo dos alunos e a organização de salas de aula de forma equitativa, reforçando a importância de políticas de formação continuada alinhadas à redução das desigualdades (Albernaz et al., 2002).

De modo geral, os estudos argentinos indicam que, embora haja avanços na inclusão no ensino médio, as desigualdades socioeconômicas continuam moldando o acesso e o desempenho escolar, evidenciando que o sistema educacional participa da reprodução das desigualdades. Observa-se que o ensino superior permanece menos inclusivo, com barreiras estruturais relacionadas a provas seletivas e à primeira geração universitária. Além disso, a formação continuada de docentes surge como elemento estratégico para promover equidade, mostrando que políticas integradas de capacitação e participação familiar são essenciais para reduzir desigualdades e fortalecer ambientes educativos inclusivos.

México

México e a educação superior justa e inclusiva

Enciso-Ávila e Planas-Coll (2018), analisam a expansão da cobertura no ensino superior e sua relação com a equidade. Observa-se que, apesar do aumento da cobertura, os benefícios são distribuídos de forma desigual, favorecendo predominantemente estudantes de classes altas, o que evidencia a persistência de barreiras estruturais para grupos menos privilegiados.

Worthman (2020) discute as desigualdades no acesso à educação superior e propõe um marco analítico para políticas educativas que promovam equidade. A autora também argumenta sobre a insuficiência do aumento quantitativo de vagas, visto que grupos privilegiados permanecem em vantagem. Autora complementa ao defender que iniciativas que defendem a igualdade de oportunidade baseadas em meritocracia ignoram desigualdades estruturais. Desse modo, os estudos indicam que o papel do Estado é central na formulação de políticas que

garantam oportunidades de acesso equitativas e promovam um ensino superior mais inclusivo e justo.

Os achados mexicanos mostram que, embora a cobertura do ensino superior tenha aumentado, as desigualdades persistem, favorecendo principalmente estudantes de classes altas. Observa-se que políticas baseadas apenas em meritocracia não são suficientes para promover equidade, sendo essencial que o Estado lidere ações estruturais que ampliem o acesso e a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Assim, a equidade no ensino superior mexicano depende de políticas integradas, que combinem expansão de vagas com estratégias voltadas à redução das desigualdades socioeconômicas.

Peru

Peru debate as desigualdades digitais

Gómez-Arteta e Escobar-Mamani (2021) analisam como a pandemia agravou as desigualdades presentes no sistema educacional peruano. Segundo os autores, a mudança para a educação virtual ampliou as diferenças sociais e digitais, sendo mais benéfico aos estudantes com acesso a tecnologias e com boa condição econômica. Esse achado evidencia que a mediação tecnológica, quando não acompanhada de políticas de acesso e infraestrutura, tende a aprofundar desigualdades pré-existentes. Diante desse cenário, muitos estudantes foram forçados a abandonar os estudos, e diminuíram a qualidade do ensino Gómez-Arteta e Escobar-Mamani (2021). Apesar disso, os autores apontam que a crise sanitária também abriu espaço para a revisão crítica das políticas públicas, indicando a possibilidade de reorganização do sistema educacional em bases mais equitativas no período pós-pandêmico.

As contribuições peruanas indicam que a desigualdade digital atua como uma dimensão central da iniquidade educacional, revelando que o acesso às tecnologias não pode ser tratado como complemento, mas como condição estrutural para a garantia do direito à educação.

Equador

Equador também debate inclusão e a diversidade

Vargas-Castro et al. (2024) também analisa o ensino superior, mas especificamente sobre a educação inclusiva no ensino superior do Equador a partir de respostas dos estudantes universitários a um questionário sobre o tema. Os autores entendem a educação inclusiva como o reconhecimento das particularidades do coletivo em volta e como processo transformador de responsabilidade compartilhada.

Os resultados revelam que, embora haja avanços conceituais sobre inclusão, ainda existe um desconhecimento significativo da população universitária acerca das ações institucionais voltadas à promoção da equidade, indicando fragilidades na comunicação e implementação das políticas. Além disso, destaca-se a necessidade de aprimorar os processos de capacitação docente, evidenciando que a inclusão não depende apenas de normativas institucionais, mas de práticas pedagógicas concretas.

Equador e o debate sobre educação e tecnologias

Landázuri et al. (2024) apresentam dificuldades e práticas de ensino positivas no século XXI. Em consonância com López et al. (2024), este estudo também aponta a falta de infraestrutura, acesso tecnológico e a resistência a novos modelos de educação como um obstáculo para alcançar uma educação com qualidade e equidade. Esses achados sugerem que a desigualdade tecnológica não se restringe à ausência de recursos materiais, mas envolve também dimensões institucionais e culturais. Como alternativas, os autores propõem o diálogo entre educadores e agentes públicos que criam políticas públicas para a promoção de um acesso mais equitativo à tecnologia, por exemplo, realizar parcerias e financiamentos para disponibilizar computadores ou *tablets* para estudantes sem acesso e facilitar o acesso a espaços públicos.

do século XXI a transição de um modelo de ensino centrado no professor para um modelo centrado no estudante, permitindo maior

criticidade, autonomia e capacidade de resolução de problemas. Estratégias como aulas invertidas, projetos interdisciplinares e conexões com situações reais são apresentadas como caminhos para ampliar o engajamento e reduzir desigualdades no processo de aprendizagem. Além disso, considerando o volume de informações recebidas pelos estudantes por meio das mídias digitais, ressalta-se a importância da alfabetização midiática como componente da equidade educacional.

Ainda sobre tecnologia e educação, Delgado et al. (2024) convergem com os estudos citados anteriormente sobre o potencial da tecnologia ampliar e facilitar o processo de ensino impulsionado pela pandemia do COVID-19. Os autores evidenciam que as mudanças na relação entre docentes e discentes exigem respostas institucionais urgentes, sobretudo no que se refere à formação e capacitação dos professores. Dessa forma, conclui-se a necessidade de que universidades e políticas sociais integrem tecnologia, formação docente e qualidade pedagógica para a promoção da equidade educacional.

Educação esportiva inclusiva

Caballero-García et al. (2024) debatem uma relação entre o esporte e educação, entendendo o esporte como uma ferramenta para promover a inclusão social e de reflexão sobre gênero e a resiliência dos professores. Como resultado, aponta-se a importância da relação aluno-professor para que a resiliência seja construída. Entretanto, evidencia-se a persistência de desigualdades de gênero favoráveis aos homens na prática esportiva, refletindo a presença de desigualdades estruturais que também se manifestam em espaços educativos não tradicionais.

Os estudos equatorianos indicam que a promoção da equidade educacional envolve múltiplas dimensões — inclusão, tecnologia, formação docente e práticas pedagógicas — e que políticas fragmentadas tendem a limitar o alcance das ações institucionais.

América Latina

Ambientes virtuais e políticas institucionais como caminhos para a equidade educacional

López et al. (2024) realizam uma revisão de literatura comparando dados latino-americanos e europeus sobre educação equitativa no ensino superior e ambientes virtuais. Os autores concluem que esses ambientes podem promover equidade ao ampliar o acesso, favorecer interações e reduzir limitações geográficas. Entretanto, os resultados indicam que o potencial inclusivo das tecnologias depende diretamente da capacitação docente e da adaptação dos materiais pedagógicos, evidenciando a centralidade do professor na promoção da equidade digital. Persistem dificuldades como a falta de infraestrutura, o receio e a resistência dos docentes em modificar suas práticas, além do desinteresse de parte dos estudantes, bem como a ausência de estratégias institucionais concretas para a superação desses obstáculos.

Já Ancheta-Arrabal (2019), aborda a América Latina com foco na educação infantil, e ressalta que garantir equidade implica considerar não apenas o acesso, mas o investimento na qualidade do ensino e os contextos culturais locais. Essa perspectiva amplia o debate ao tensionar o foco recorrente no ensino superior, ao evidenciar que as desigualdades educacionais se constroem desde as primeiras etapas da escolarização, impactando diretamente o percurso educacional das crianças em contextos desiguais.

Discussão

A análise comparativa da produção latino-americana evidenciam políticas que promovam uma educação democrática, priorize o ensino com pluralidade e qualidade para todos, especialmente para grupos socialmente minorizados. Contudo, embora haja avanços significativos no debate sobre equidade educacional, grande parte das políticas e estudos ainda se concentra na ampliação do acesso, especialmente

ao ensino superior. Essa centralidade revela um esforço institucional relevante, porém limitado, uma vez que desigualdades educacionais são produzidas de forma cumulativa ao longo da trajetória escolar. Assim, políticas voltadas exclusivamente ao ingresso em níveis mais elevados de ensino tendem a atuar de maneira tardia, quando lacunas relacionadas à qualidade da educação básica, às condições socioeconômicas e aos contextos culturais já se encontram consolidadas.

Outro aspecto recorrente nos estudos analisados é a coexistência de perspectivas que compreendem a escola tanto como espaço de reprodução quanto como potencial agente de transformação das desigualdades sociais. Enquanto indicadores de desempenho, avaliações padronizadas e modelos meritocráticos frequentemente reforçam assimetrias existentes, experiências que articulam formação docente, práticas pedagógicas inclusivas e reconhecimento das diversidades culturais e sociais apontam para possibilidades concretas de promoção da equidade. Nesse sentido, a literatura indica que a efetividade das políticas educacionais depende menos de ações isoladas e mais da articulação entre financiamento, gestão escolar, currículo e práticas pedagógicas contextualizadas.

Além disso, emergem como dimensões centrais da equidade educacional fatores historicamente secundarizados nas políticas públicas, como os aspectos socioemocionais, as desigualdades digitais, as relações de gênero e a valorização dos saberes locais. A pandemia da COVID-19, em especial, evidenciou que o acesso à tecnologia pode tanto ampliar oportunidades quanto aprofundar exclusões, dependendo das condições de infraestrutura e da formação dos profissionais da educação. Esses achados reforçam a necessidade de compreender a equidade como um processo multidimensional e situado, que exige políticas integradas ao longo de todo o percurso educacional, superando abordagens restritas ao acesso ou a indicadores exclusivamente quantitativos. Essa discussão pode ser analisada por meio do quadro abaixo (Tabela 2).

Tabela 2

Comparação entre políticas sociais educacionais da América Latina

País	Foco das políticas sociais e públicas	Nível de ensino em destaque	Principais desafios e entraves
Brasil	Financiamento (FUNDEB), ações afirmativas (Cotas) e combate à evasão.	Básica e Superior	Combate às desigualdades; qualidade do ensino público básico.
Colômbia	Financiamento estudantil, acesso e permanência de grupos marginalizados.	Secundário e Superior	Tensão entre ampliar acesso e reduzir desigualdades socioeconômicas.
Chile	Subsídios estatais e fortalecimento socioemocional dos estudantes.	Básica e Superior	Modelo de mercado/ privatização que gera competição e segmentação.
Cuba	Universalização, gratuidade total e gestão estatal direta.	Todos (ênfase Superior)	Desigualdades territoriais e limitações da expansão puramente quantitativa.
Argentina	Inclusão no ensino médio e formação continuada de docentes.	Médio e Superior	Barreiras seletivas no superior e reprodução de desigualdades de classe.
México	Expansão de vagas e liderança estatal em ações estruturais.	Superior	Falha da meritocracia pura; persistência de privilégios das classes altas.
Peru	Democratização digital e infraestrutura tecnológica.	Geral	Iniquidade no acesso às tecnologias como barreira ao direito à educação.
Equador	Integração de práticas pedagógicas e formação docente.	Geral	Fragmentação das políticas que limita o alcance das ações institucionais.

Nota. Elaborado pela equipe de investigação.

Considerações finais

A metassíntese da produção latino-americana evidência que a equidade educacional tem sido majoritariamente tratada a partir de políticas de acesso, especialmente no ensino superior, o que revela um avanço importante, porém limitado, na compreensão do fenômeno. Embora o aumento de matrículas, a ampliação da cobertura e as ações afirmativas representem conquistas institucionais, os estudos analisados indicam que tais estratégias não são suficientes para romper desigualdades estruturais historicamente consolidadas ao longo da trajetória escolar.

Observa-se que a ênfase recorrente no ensino superior tende a deslocar o debate para intervenções tardias, quando desigualdades já foram produzidas e naturalizadas na educação infantil, básica e média. Esse foco pode reforçar, ainda que de forma não intencional, uma lógica meritocrática, na qual o acesso ao nível superior aparece como resultado do esforço individual, desconsiderando as assimetrias sociais, econômicas, raciais, culturais e territoriais que atravessam o percurso educacional dos sujeitos desde a infância.

Os achados da revisão também indicam que a equidade não pode ser compreendida apenas como ampliação de oportunidades formais de acesso, mas como um processo multidimensional que envolve qualidade educacional, permanência, participação, reconhecimento das diferenças e valorização dos contextos locais. Dimensões como formação docente, fatores socioemocionais, desigualdades digitais, relações de gênero, diversidade cultural e condições materiais das instituições emergem como elementos centrais para a promoção de uma educação verdadeiramente equitativa.

Nesse sentido, a metassíntese permite propor um deslocamento conceitual: a equidade educacional deve ser entendida como um processo contínuo e situado, que se constrói ao longo de toda a trajetória escolar e exige políticas integradas entre os diferentes níveis de ensino. Intervenções isoladas, fragmentadas ou concentradas exclusivamente no ensino superior tendem a produzir efeitos limitados, reforçando a necessidade de articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e ações intersetoriais.

Adicionalmente, os estudos analisados revelam que a tecnologia, frequentemente apresentada como solução para a ampliação do acesso, pode tanto reduzir quanto aprofundar desigualdades, dependendo das condições de infraestrutura, formação docente e mediação pedagógica. Assim, a equidade digital emerge como uma dimensão indissociável da equidade educacional, exigindo políticas que ultrapassem a simples distribuição de recursos tecnológicos.

Por fim, a produção científica latino-americana analisada aponta para a urgência de repensar os modelos de avaliação da equidade educacional, superando indicadores exclusivamente quantitativos e incorporando análises qualitativas que considerem os processos educativos, as experiências dos sujeitos e os contextos socioculturais. A partir dessa metassíntese, propõe-se que futuras pesquisas e políticas avancem na construção de modelos integrados de equidade, capazes de articular acesso, qualidade, permanência e diversidade como dimensões inseparáveis da justiça educacional na América Latina.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o uso exclusivo das bases Portal CAPES e LATINDEX, o que pode ter restringido o acesso a produções relevantes indexadas em outros repositórios internacionais. Ademais, o recorte linguístico e temporal pode ter limitado a diversidade de abordagens teóricas analisadas. Como perspectivas para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação das bases de dados, a inclusão de outros idiomas e a realização de estudos empíricos comparativos que permitam aprofundar a análise sobre a efetividade das políticas educacionais voltadas à equidade nos diferentes contextos latino-americanos.

Referências

- Abicalil, C. A. (2014). Federalismo brasileiro e cooperação Interfederativa em educação: entre as autonomias e a equidade. *Roteiro*, 39(01), 11-38. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-60592014000100002&script=sci_abstract

- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2006). Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição de Sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (2), 222-245. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>
- Albernaz, Â., Ferreira, H. G., & Franco, F. C. (2002). Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira, Texto para Discussão No. 455. *Departamento de Economia*. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/175942/1/td455.pdf>
- Anache, A. A., & Sebastián-Heredero, E. (2020). Qualidade e equidade na educação: uma visão desde as políticas e a gestão educacional. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, 24(2), 938-945. <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14341>
- Ancheta-Arrabal, A. (2019). Equidad y educación de la primera infancia en la agenda educativa mundial. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 17(1), 47-59. <https://doi.org/10.11600/1692715x.17102>
- Araújo, J. de A. (2020). Inclusão e equidade nas oportunidades de ensino: o estudante surdo no contexto da educação inclusiva. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, 16(2), 218-237. <http://dx.doi.org/10.5965/1984317815022019218>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação. <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- Brasil. (2024). Lei nº 14.934, de 4 de abril de 2024 Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14934.htm
- Caballero-García, P. A., Constante-Amores, A. & Galeano-Terán, A. S. (2024). Práctica deportiva saludable, resiliencia del profesorado e inclusión educativa en Imbabura (Ecuador). *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 27(1), 167-183. <https://doi.org/10.6018/reifop.575951>
- Campo, V. M. G., & Giraldo, J. E. C. (2009). Crédito educativo, acciones afirmativas y equidad social en la educación superior en Colombia. *Revista de Estudios Sociales*, 1(33), 106-117. <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/5565>
- Caregnato, C. E., & Oliven, A. C. (2017). Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade. *Educar Em Revista*, (64), 171-187. <https://www.scielo.br/j/er/a/mtWPfDQppWKCKWdLVhRp39q/abstract/?lang=pt>
- Canuto, L. T., & Oliveira, A. A. S. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, 26(1), 82-100. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>
- Cruz, M. do C. M.T., Farah, M. F. S., & Ribeiro, V. M. (2020). Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do Programa Aprendizagem na Idade Certa (mais PAIC). *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, 24(3), 1286-1311. <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13904/9901>
- Cunha, M. C., Silva, P. F., & Cunha, E. O. (2014). Direitos humanos e equidade: um olhar sobre as políticas de ações afirmativas na educação superior no Brasil. *Educação Online*, (16), 66-89. <https://doi.org/10.36556/eol.v0i16.71>
- Dias, J. S. (2013). Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação: revista da avaliação da educação superior (campinas)*, 18(1), 107-126. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007>

- Díaz, Ó. E., & González, L. E. (2012). Políticas de educación superior en Chile desde la perspectiva de la equidad. *Sociedad y Economía*, 22, 69-94. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-63572012000100004
- Delgado, V. J., Añazco, A. M. J., González, D. E. C., & Romero, S. F. V. (2024). *Transformación digital en los procesos de aprendizaje de la educación superior. Magazine de las Ciencias: Revista de Investigación e Innovación*, 9(1), 52-73. <https://doi.org/10.33262/rmc.v9i1.3060>
- Eckert, C. N. B., Raizer, L., & Fachinetto, R. F. (2007). Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, (17), 124-157. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100006>
- Enciso-Ávila, M., & Planas-Coll, J. P. (2018). ¿Aumentar la cobertura aumenta la equidad?: El caso de la educación superior en México de 1990 a 2010. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 9(25), 1-23. <https://doi.org/10.22201/iissue.20072872e.2018.25.275>
- Fanelli, A. G. de, & Jacinto, C. (2010). Equidad y educación superior en América Latina: El papel de las carreras terciarias y universitarias. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 1(1), 58-75. <https://doi.org/10.22201/iissue.20072872e.2010.1.16>
- FEGES. (2015). *Inclusión e igualdad de género en Colombia* [Infografía]. Educación superior, Bogotá.
- Formichella, M. M., & London, S. (2013). Empleabilidad, educación y equidad social. *Revista de Estudios Sociales*, 1(47), 79-91. <https://doi.org/10.7440/res47.2013.06>
- Franco, C., Ortigão, I., Albernaz, Â., Bonamino, A., Aguiar, G., Alves, F., & Sátyro, N. (2007). Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 15(55), 277-298. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000200007>
- Garcia, R. M. C., & Michels, M. H. (2021). Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. *Educação & Realidade*, 46(3). <https://doi.org/10.1590/2175-6236116974>

- Gatti, B. A., & Menezes, L. C. (2021). Educação e futuros: Desafios em busca de equidade. *Revista Lusófona de Educação*, 52(52), 153-167. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7974>.
- Godoi, M., Borges, C., & Ayoub, E. (2021). Equidade de gênero nas aulas de um professor de educação física: *Um estudo de caso. Educación Física y Ciencia*, 23(1). <https://doi.org/10.24215/23142561e159>
- Gómez-Arteta, I., & Escobar-Mamani, F. (2021). Educación virtual en tiempos de pandemia: Incremento de la desigualdad social en el Perú. *Chakiñan, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 15, 152-165. <https://doi.org/10.37135/chk.002.15.10>
- Gutiérrez, C. (2012). Equidad en la educación superior: Una propuesta de financiación para Colombia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10(1), 397-413. <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v10n1/v10n1a25.pdf>
- Iensue, G. (2021). Diversidade, equidade e ações afirmativas para os negros na educação superior brasileira. *Revista de Direito*, 13(1), 1-31. <https://doi.org/10.32361/2021130111175>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2007). *Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) 2007*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Relatório do sistema de avaliação da educação básica (SAEB) 2024*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>
- Landázuri, M. J. M., Cepeda, R. V. P., Mejía, M. T. B., & Bazurto, T. E. S. (2024). Desafío de la educación en la sociedad actual. *RECIMUNDO*, 8(1), 129-138. [https://doi.org/10.26820/recimundo/8.\(1\).ene.2024.129-138](https://doi.org/10.26820/recimundo/8.(1).ene.2024.129-138)
- Lettnin, C. da C., Batista, P. L., & Nunes, L. N. (2022). Educação física (des)seriada e a oportunidade de equidade na motivação de meninos e meninas. *Motrivivência*, 34(65), 1-22. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2022.e86025>

- López, M., Espinoza, Á., & Vélez, T. (2024). Equidad educativa y el rol determinante de los entornos virtuales en la inclusión de la educación Superior Sede Santo Domingo de los Tsáchilas -La Concordia. *Revista Científica Multidisciplinar G-Nerando*, 5(1), 1136-1151. <https://doi.org/10.60100/rcmg.v5i1.249>
- Martín, M. M. I. (2017). Inclusión y equidad: Un análisis con base en el acceso y logros para el nivel medio de educación en Argentina. *Semestre Económico*, 20(43), 111-138. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-63462017000200111
- Mascarenhas, C. G., & Ribas, L. M. (2019). Financiamento de políticas públicas educacionais e fundos orientados por desempenho: eficiência e equidade na gestão da educação pública. *Revista de Direito Brasileira*, 24(9), 17-49. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2019.v24i9.5120>
- McCowan, T. (2005). O crescimento da educação superior privada no Brasil: Implicações para as questões de equidade, qualidade e benefício público. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 13(27), 1-20. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275020513027>
- Minayo, M. C. S. (2014). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (14.º ed.). Hucitec Editora.
- Motta, I. D., Sélos-Knoerr, V. C. de, & Araújo, M. L. (2022). O pleno acesso e permanência de meninas e mulheres à educação enquanto mecanismo fundamental à efetiva construção de equidade de gênero. *Revista Direito e Sexualidade*, 3(1), 1-30. <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v3i1.49694>
- Neto, O., Miura, P., Oliveira, A., Trancoso, A., Ferreira, R., Silva, J., & Bernardo, A. (2025). The concept of educational equity: A study of Brazilian scientific production. *The Barcelona Conference on Education 2024: Official Conference Proceedings*, 2435-9467, 635-642. <https://doi.org/10.22492/issn.2435-9467.2024.55>
- Neves, L., & Almeida, E. (2016). Qualidade e equidade na educação: A hipótese da curva de Kuznets educacional. *A Economia em Revista*, 24(1), 11-26. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/56709/pdf>

- Organização das Nações Unidas. (1995). *Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação de qualidade*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1998). *Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión acción. Informe Final, Tomo I*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113878_spa
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2009). *Conferencia Mundial sobre Educación Superior 2009: las nuevas dinámicas de la educación superior y de la investigación para el cambio social y el desarrollo*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183277_spa
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2012). *Atlas mundial de la igualdad de género en la educación*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000217311.locale=es>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2020). *Relatório de monitoramento global da educação 2020: principais mensagens e recomendações - Inclusão e educação: América Latina e Caribe - Todos, sem exceção (Relatório Regional)*. UNESCO. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374790_por/PDF/374790por.pdf.multi
- Pérez, B. T., Almeida, A. G., & Bajos, E. I. (2013). Equidad en la educación superior cubana: Logros y desafíos. *Revista Lusófona de Educação*, 24. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4180>
- Pinto, J. M. de R. (2019). A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. *Propuesta Educativa*, 28(52), 24-40. <https://www.redalyc.org/journal/4030/403062991004/html/>
- Redondo, J. M. (2005). El experimento chileno en educación: ¿Conduce a mayor equidad y calidad en la educación?. *Última Década*,

- 13(22), 95-110. https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362005000100005
- Regis, R. de C. L. A., & Kabengele, D. C. (2018). A pessoa com deficiência e o acesso à educação: Uma política para equidade. Perspectivas em Diálogo: *Revista de Educação e Sociedade*, 5(9), 3-18. <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/5529/4674>
- Ribeiro, V. M. (2024). Prefácio. In Vasconcelos de, A. N., Oliveira de, A. A. S., & Miura, P. O. (Orgs.), *Equidade e interseccionalidade na psicologia e na educação* (p. 7-11). Edufal. <https://www.edufal.com.br/Produtos/Detalhes/514845>
- Rodrigues, E., & Oliveira, T. A. (2018). PIBID de Ensino Religioso: uma proposta de educação para relações de equidade em contextos de diversidade religiosa. *Estudos Teológicos*, 58(1), 73-86. <https://doi.org/10.22351/et.v58i1.3171>
- Rohling, M., & Valle, I. R. (2016). Princípios de justiça e justiça escolar: a educação multicultural e a equidade. *Cadernos De Pesquisa*, 46(160), 386-409. <https://doi.org/10.1590/198053143287>
- Rossetto, C. B. de S., & Gonçalves, F. de O. (2015). Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso. *Dados*, 58(3), 791-824. <https://doi.org/10.1590/00115258201559>
- Sagredo, A.V., Etchepare, G.C., Mendizábal, E.A., & Wilson, C. P. (2021). Rendimiento académico y su relación con variables socio-emocionales en estudiantes chilenos de contextos vulnerables. *Educación XXI*, 24(2), 375-398. <https://doi.org/10.5944/educ-cixx1.28269>
- Santana, E. R. dos S., Lautert, S. L., Filho, J. A. de C., Nunes, C. B., & Santos, E. M. (2022). Rede Educação Matemática Nordeste: desenvolvimento profissional e ensino de estatística em uma perspectiva crítica e de equidade. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, Edição Especial*, 33-54. <https://doi.org/10.3895/rbect.v15n1.14789>
- Serpa, G., & Falcón, A. L. (2019). Masificación, equidad, educación superior: La universalización de la educación superior cubana.

- Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, 27(103), 291-316. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701783>
- Setúbal, M. A. (2010). Equidade e desempenho escolar: é possível alcançar uma educação de qualidade para todos?. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 91(228), 345-366. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.91i228.577>
- Sígolo, V. M., Gava, T., & Unbehaum, S. (2021). Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. *Cadernos Pagu*, (63). <https://doi.org/10.1590/18094449202100630017>
- Silva, J. M. da, Faria, W. F. de, Freitas, R. C. de, & França, R. de F. C. (2022). Adaptações curriculares para a Educação do Campo mediante as orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. *EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação*, 9, 1-18. <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6527/4359>
- Soares, D. M. M., Santos, J. D. A., & Lopes, R. V. N. (2020). COVID-19 e a educação nos sistemas de ensino: Mapeamento normativo e a garantia da equidade em tempos de pandemia. *Revista Observatório*, 6(3), 1-16. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2020v6n3a2pt>
- Soares, J. F. (2004) Qualidade e Equidade na Educação Básica Brasileira: A Evidência do SAEB-2001. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 12(38), 1-28. <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/193/319>
- Tavares, F. (2011). Limites sociais das políticas de educação: Equidade, mobilidade e estratificação social. *Inter-Ação*, 36(2), 539-557. <https://doi.org/10.5216/ia.v36i2.16722>
- Travitzki, R. (2017). Qualidade com Equidade Escolar: Obstáculos e Desafios na Educação Brasileira. REICE. *Revista Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia Y Cambio En Educación*, 15(4). <https://doi.org/10.15366/reice2017.15.4.002>
- Trindade, R. A., & Correa, R. L. T (2018). Projeto de Equidade na Educação Básica em Curitiba: Desafios, possibilidades e resultados. *Revista Práxis Educacional*, 14 (27), 454-482. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2935/2443>

- Tripodi, Z. F., Delgado, V. M. S., & Januário, E. (2022). Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do fundeb. *Educação & Sociedade*, 43. https://doi.org/10.1590/ES.254823_pt
- Valero, P. (2017). El deseo de acceso y equidad en la educación matemática. *Revista Colombiana de Educación*, 73, 99-128. <https://doi.org/10.17227/01203916.73rce97.126>
- Vargas-Castro, K., Rojas-Ceballos, V. C., Saona-Lozano, R. V., & Pinos-Medrano, V. F. (2024). Análisis de los factores que influyen en la educación inclusiva en Ecuador. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 27(1), 61-73. <https://doi.org/10.6018/reifop.580821>
- Vásquez, L. Y. F. (2016). ¿Por qué se requieren políticas de equidad de género en la educación superior? *Nómadas*, (44), 65-83. <https://revistas.ucentral.edu.co/index.php/nomadas/article/view/2489>
- Vazquez, D. A. (2005). Desequilíbrios regionais no financiamento da educação: A política nacional de equidade do FUNDEF. *Revista de Sociologia e Política*, (24), 149-164. <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3721/2969>
- Vezub, L. (2024). La política de formación continua en Argentina: opiniones de directivos de educación secundaria sobre las actividades y necesidades de desarrollo profesional docente. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 27(1), 45-60. <https://doi.org/10.6018/reifop.596501>
- Worthman, S. (2020). Las políticas de equidad educativa a nivel superior: Una propuesta de marco de análisis. *TLA-MELAU, Revista de Ciencias Sociales*, 14(48), 147-173. <https://doi.org/10.32399/rtla.14.48.507>
- Zamora, G. (2011). Movilidad escolar en Chile: análisis de las implicancias para la calidad y equidad de la educación. *Estudios Pedagógicos*, 37(1), 53-69. <https://doi.org/10.4067/S0718-07052011000100003>

Recibido: 12/06/2025

Revisado: 16/10/2025

Aceptado: 30/01/2026